

Nas negociações de Roma

Goradas expectativas de assinatura de mais um protocolo esta semana

● Subsecretário de Estado adjunto norte-americano reuniu-se com as delegações e mediadores na capital italiana

por Tomás Vieira Mário, enviado especial da AIM

Goraram-se na última quarta-feira as expectativas que existiam indicando a possibilidade da conclusão, esta semana, do protocolo relativo aos princípios para a formação e registo dos partidos políticos nas negociações de paz entre o Governo moçambicano e a Renamo que decorrem em Roma, conforme escreve o enviado especial da Agência de Informação de Moçambique.

De acordo com Tomás Vieira Mário, um encontro havido frente-a-frente na manhã daquele dia entre os chefes das duas delegações, Armando Guebuza pela parte do Governo, e Raul Domingos, da Renamo, pouco terá permitido resolver dentro das questões que continuam a dividir as duas partes.

O referido encontro seguiu-se a sessões de trabalho, em separado, entre as duas delegações e os mediadores desde a semana passada.

No período da tarde, as duas delegações avistaram-se, em separado, com o Subsecretário de Estado adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, Jeffrey Davidow, que ontem deverá ter-se encontrado também com o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, em Genebra. Ainda ontem, conforme escreve o enviado da AIM, o chefe da delegação da Renamo nas conversações de Roma deverá ter deixado a capital italiana com destino a Genebra, para consultas com o seu dirigente.

O processo negocial de Roma

visando o restabelecimento da paz em Moçambique tem sido marcado por quebras ao mesmo tempo que não tem havido grande transparência em torno das questões que continuam a separar as duas partes.

Aparentemente, de acordo com Tomás Vieira Mário, novos pontos teriam surgido na proposta de síntese elaborada pela mediação na sequência das sessões plenárias da semana passada. Acrescenta que tais novos pontos teriam a ver com os mecanismos de canalização e resolução de queixas de irregularidades no processo de registo dos partidos políticos.

Aparentemente, a Renamo pretendia ver a comissão de supervisão do período de transição investida de fortes poderes para intervir na resolução de contendas que, na óptica do Governo, seriam matéria de exclusiva responsabilidade dos tribunais.

No fundo, conforme o enviado da AIM, trata-se ainda de classificar o nível de autoridade do Governo no período entre o cessar-fogo e as eleições gerais. Apesar de ter já aceite que o registo dos partidos políticos seja feito pelo Governo, a Renamo pretendia porém encontrar um esquema na base do qual ela também exerceria papel decisivo no quadro da comissão de supervisão.

Outra questão que parece carecer ainda de acordo entre as partes é aquela relativa ao número mínimo de assinaturas a serem requeridas para o reconhecimento jurídico de um partido político. Sabe-se que a lei dos partidos em vigor em Moçambique estabelece como número nacional mínimo mil e cem assinaturas, enquanto que a Renamo sobe o mínimo para duas mil assinaturas.

Mas, segundo fontes próximas às negociações, citadas pelo enviado da AIM, o problema não será tanto dos mínimos, mas o da sua distribuição pelo país.

Para o Governo, o princípio segundo o qual todas as formações políticas

devem ser de âmbito nacional implicaria que os proponentes se distribuíssem por todo o país em número mínimo de 100 assinaturas por cada uma das 10 províncias e a cidade de Maputo.

Para a Renamo, porém, essa distribuição não seria relevante. O argumento é o de que em zonas como as principais cidades do país, designadamente Maputo e Beira, se encontram radicados cidadãos signatários de todas as províncias. Por essa razão seria aleatório considerar que um partido cujos proponentes sejam apenas de Maputo não reflectiria um projecto político de âmbito nacional.

Assim, questões que a princípio pareciam de resolução relativamente fácil acabaram por provarem-se delicadas. Mas por outro lado tem sido notória uma relativa lentidão no ritmo com que a mediação tem podido conduzir as discussões e no que diz respeito à delegação governamental ela tem conseguido esconder certo agastamento.

Ontem, porque foi feriado religioso na Itália, ao qual se seguiu a habitual pausa de fim-de-semana, só na segunda-feira é que as discussões serão retomadas.